

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.

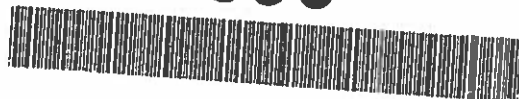
AS 18 955/12

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
SERPET

09/01/2013

13:49:27

390

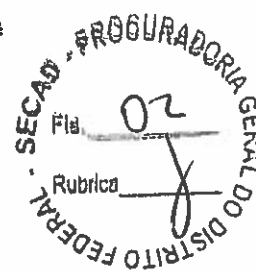


DFTRANS, pessoa jurídica de direito público interno, por meio de seus procuradores, com sede no SAIN, Projeção I, Edifício Sede da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, Brasília/DF, CEP 70.620-000, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 5º, LXIX, da Constituição de 1988, e no art. 1º, e seguintes, da Lei nº 12.016/2009, impetrar o presente

MANDADO DE SEGURANÇA

com urgente pedido de medida liminar

inaudita altera parte



contra ato praticado pelo Eminentíssimo Desembargador da Segunda Turma Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios **Waldir Leôncio Lopes Júnior** nos autos do Agravo de Instrumento n.º **2012.00.2.027845-4**, com base nas razões de fato e de direito a seguir expostas.



1. DO CABIMENTO DO PRESENTE WRIT

Segundo entendimento consagrado na doutrina e na jurisprudência, o mandado de segurança somente será cabível em desfavor de ato judicial se presentes dois requisitos: (i) inexistência de recurso próprio e (ii) teratologia na decisão guerreada.

No caso dos autos, o Distrito Federal se insurge por meio do presente remédio heroico para se contrapor em face de decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela recursal formulado em sede de agravo de instrumento, decisão esta que, por expressa previsão legal, é irrecorrível.

Presente, assim, o primeiro requisito.

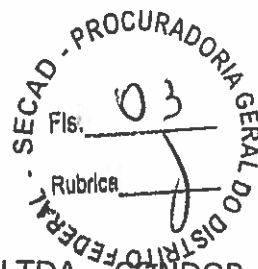
Relativamente ao segundo requisito (teratologia na decisão), a sua presença será demonstrada ao longo da exposição que se segue, uma vez que se confunde com o próprio mérito do pleito aqui formulado.

Nessa perspectiva, presentes os requisitos autorizadores do manejo do mandado de segurança contra ato judicial, é de reconhecer o seu pleno cabimento.

2. DO BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA

As empresas VIPLAN – VIAÇÃO PLANALTO LTDA., CONDOR – TRANSPORTES URBANOS LTDA. E LOTÁXI – TRANSPORTES URBANOS LTDA. ajuizaram ação cominatória em desfavor do DFTRANS com o objetivo de obter valores dos cofres públicos que perfazem importância superior a **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)**, ação esta que foi distribuída para a 3ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal e tombada sob o número 2012.01.1.114972-3.

Para embasar o seu pleito, as autoras daquela demanda



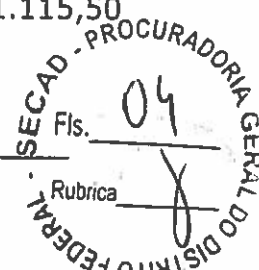


PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



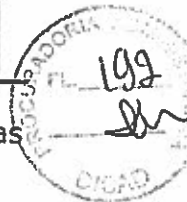
valeram-se dos seguintes argumentos:

- (i) Afirmaram que são permissionárias do serviço de transporte de ônibus coletivo;
- (ii) Narraram que foi implantado no âmbito do Distrito Federal o sistema de bilhetagem automática (SBA), por meio do qual o pagamento das tarifas pelos usuários era feito por meio de catracas eletrônicas e cartões magnéticos;
- (iii) Contaram que a implantação do referido sistema foi custeada pelas empresas permissionárias;
- (iv) Afirmaram que o sistema de bilhetagem funciona da seguinte forma: o SBA, que atualmente é gerido pelo DFTRANS, comercializa as passagens por meio de cartões magnéticos e a receita que arrecada deve ficar disponível às empresas transportadoras;
- (v) Continuaram, afirmando que os repasses são feitos para as permissionárias na proporção de uso pelos usuários, após a efetiva prestação do serviço;
- (vi) Narraram, mas sem qualquer prova, que, atualmente, os repasses são feitos pela agravante ao seu bel-prazer, a qualquer tempo e modo;
- (vii) Aduziram que, em decorrência dos repasses ainda não efetuados, a agravante glosou mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que supostamente seriam devidos às agravadas;
- (viii) Disseram que, por conta de um memorando expedido pelo DFTRANS, este havia reconhecido o débito em favor das agravadas no importe de R\$ 1.311.115,50 (Memo n.º 268/2012);





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Em síntese, estes foram os argumentos levantados pelas empresas autoras daquela demanda para embasar o seu pleito.

Ao final de sua narrativa, pediram a antecipação dos efeitos da tutela no sentido de determinar ao DFTRANS que se abstinhasse de fazer novas retenções dos valores que lhes são supostamente devidos, bem como que fosse procedido ao repasse imediato dos valores já retidos.

Ao analisar o pleito antecipatório, o Juízo da 3ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal o deferiu nos seguintes termos:

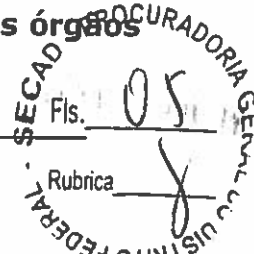
"[...]"

Ante o exposto, defiro a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que o Réu se abstenha de fazer retenções indevidas no repasse dos valores decorrentes do sistema de bilhetagem automática, bem como para que efetive o repasse, em até 5 (cinco) dias, dos valores incontroversos, reconhecidos no MEMO n.º 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11."

Em face dessa decisão, o DFTRANS interpôs recurso de agravo de instrumento com pedido de antecipação de tutela recursal, o qual foi distribuído para a Segunda Turma Cível deste Egrégio Tribunal e recebeu o seguinte número de tombo: **2012.00.2.027845-4**.

Ocorre que, ao receber a petição de Agravo de Instrumento, o Eminente Desembargador Relator Waldir Leôncio Lopes Júnior negou o pedido do DFTRANS que consistia na determinação de suspensão do pagamento requerido pelas empresas então agravadas por meio da liminar concedida pelo Juízo da 3ª da Vara Pública do Distrito Federal.

Feitos tais relatos, deve ser dito que o pagamento determinado pelo Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública e confirmado pelo Eminente Desembargador Waldir Leôncio, aqui objeto de irresignação, não merece prosperar, **a uma**, porque os **valores** pretendidos pelas empresas **são objeto de manifestação de inconformidade dos mais diversos órgãos**



de controle do Distrito Federal, a duas, porque o pagamento de forma antecipada dos valores pretendidos pela autora **viola a regra do precatório encartada no artigo 100 da Constituição da República de 1988.**

Expliquemos melhor:

3. DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA (SBA)

Para uma melhor compreensão do tema, cumpre ao DFTRANS fazer uma breve introdução sobre o "sistema de bilhetagem automática" no âmbito do Distrito Federal, já que este é tema central em debate.

3.1 Do Sistema de Bilhetagem Automática (SBA) mantido pela FÁCIL. Notas relacionadas desde à sua criação à sua extinção.

O objetivo da explanação que se segue é a contextualização deste Eminentíssimo Juízo acerca do **que é e de como funciona o Sistema de Bilhetagem Automática (SBA)** no âmbito do Distrito Federal, já que esse é o tema central da discussão travada nos autos do agravo de instrumento em que foi proferida a decisão aqui objeto de impugnação.

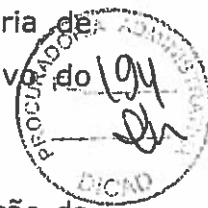
3.1.1 Histórico do SBA.

Em 19/06/1984, por intermédio da Lei Distrital nº 8.043/84 foi criado o Departamento de Transporte Urbano - DTU, que tinha a função de gerir e fiscalizar a prestação do serviço de transporte coletivo no âmbito do Distrito Federal.

Em 05/01/1987, o Decreto nº 10.062/87 instituiu o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, aprovando



seu regulamento. O art. 5º do decreto especificou que a Secretaria de Serviços Públicos, por meio do então DTU, seria o órgão executivo do transporte urbano.



Em 25/10/1989, a Lei nº 49/89, decretou a transformação da Secretaria de Serviços Públicos em Secretaria de Transportes, competindo-lhe o planejamento, a adjudicação, o controle e a fiscalização dos serviços de transportes.

Em 28/02/1992, por meio da Lei nº 241/92, o antigo DTU foi transformado em autarquia, com a denominação de Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos – DMTU.

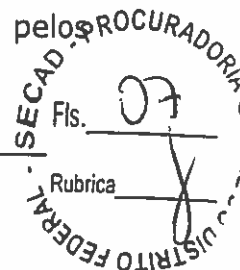
Com a edição do Decreto 23.902, de 11/07/2003, o nome da autarquia foi alterado para Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS.

Por sua vez, em 12/09/2007, foi editada a Lei nº 4.011/07, a qual dispunha *"sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal"*, bem como definiu que a gestão do STPC/DF (Sistema de Transporte Público Coletivo do DF) seria *"exercida pela entidade autárquica com as atribuições de planejar, gerir, controlar e fiscalizar todas as atividades inerentes à execução dos serviços"*.

Naquele Diploma Normativo, instituiu-se também o **"Sistema de Bilhetagem Automática – SBA no STPC/DF"**, como **"instrumento de cobrança da tarifa e controle da demanda e da oferta"**, cabendo à **entidade gestora**, definida em Lei, a **"competência para gestão do SBA"**, sendo **"facultada a delegação a terceiros"**.

Dessa forma é que a Secretaria de Estado de Transporte, buscando a regulamentação da referida norma, editou, em 23/10/2007, a **Portaria nº 98/07**, que, em síntese estabeleceu:

- a delegatária como uma associação constituída pelos operadores dos STPC/DF, com a finalidade de operar o SBA;





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



- que o custeio das despesas operacionais da associação seria suportado pela entidade gestora;

- a Secretaria de Estado de Transporte como órgão regulador, e, o DFTRANS, como órgão gestor do sistema;

- que a delegatária se submeteria a auditorias realizadas pela entidade gestora;

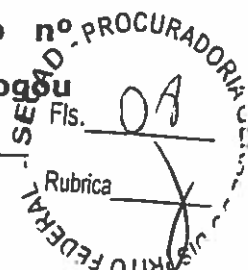
- que a operadora do SBA disponibilizaria ao órgão gestor os relatórios gerenciais de controle de oferta e de demanda.

Para suprir as **funções de delegatária** dos serviços do SBA, foi, então, constituída a **FÁCIL – Brasília Transporte Integrado**, pessoa jurídica de direito privado, **sem fins lucrativos, formada exclusivamente por operadores do STPC/DF**, onde foram considerados cinco grupos empresariais: **Grupo Canhedo** – VIPLAN, CONDOR E LOTAXI; **Grupo Constantino** ou União: PIONEIRA e CIDADE BRASÍLIA, de um lado, e SATÉLITE e PLANETA, de outro; Grupo São José – SÃO JOSÉ; Grupo Riacho Grande – EXPRESSO RIACHO GRANDE e **Grupo Amaral** – VIAÇÃO AMARAL, RÁPIDO BRASÍLIA e VENEZA.

Com fundamento ainda na Portaria nº 98/07, foi firmado entre o DFTRANS e a FÁCIL o **Convênio nº 001/2008**, como instrumento de Cooperação Administrativa, com o objetivo de viabilizar a implementação do SBA e definir as competências e obrigações das partes.

Ocorre que, posteriormente à sua assinatura, a **Procuradoria Geral do Distrito Federal**, analisando questões ligadas ao Sistema de Bilhetagem Automática, concluiu por meio de diversos Pareceres pela **nulidade dos dispositivos da Portaria nº 98/2007 – ST e do Convênio nº 001/2008**. Conforme será visto mais adiante, diversas foram as motivações que levaram esta Procuradoria a opinar pela anulação do citado Convênio e da Portaria.

Em continuidade à sucessão normativa, o **Decreto nº 31.311, de 09/02/2010, regulamentou o SBA e revogou**





expressamente a Portaria nº 98/2007, definindo o DFTRANS como entidade Gestora do Sistema.

Aquele Decreto facultou também à autarquia ora agravante a delegação dos serviços de bilhetagem a terceiros, mediante licitação, nos termos do inciso V do artigo 4º. Estabeleceu, ainda, à entidade gestora o direito de deter toda a base de dados do SBA, inclusive informações gerenciais de comercialização de cartões e créditos e de controle operacional da frota, ainda na forma criptografada, quando da geração e transmissão dos dados brutos do SBA.

A **Lei Distrital nº 4.494, de 30/07/2010**, ao seu turno, **vedou expressamente, no seu artigo 4º, a participação de membros ou empresas permissionárias, concessionárias ou autorizatárias do STPC/DF, na empresa operadora do SBA.**

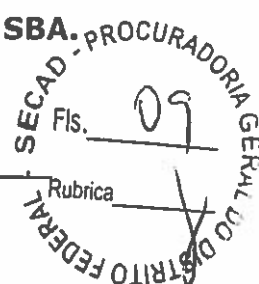
A partir da vedação expressa na Lei Distrital n.º 4.494/10, a FÁCIL teve o seu objeto esvaziado e deixou de existir, retomando, o DFTRANS, a gestão do SBA.

Isto é, com a assunção da gestão do SBA pelo DFTRANS, a **associação sem fins lucrativos** conhecida como Fácil deixou de existir, passando, aquela autarquia, dentre outras coisas, a administrar de forma exclusiva toda a receita oriunda da bilhetagem automática.

Em uma breve síntese, estes são fatos que demonstram como se deu a criação do Sistema de Bilhetagem Automática e a assunção da sua gestão pelo DFTRANS na atualidade.

Feita tal contextualização e ainda com o intuito de trazer o maior número de informações possível para este Eminentíssimo Órgão Julgador, passemos de abordar o funcionamento e a operacionalização do SBA.

3.1.2 Do funcionamento e da operacionalização do SBA.





Para a operação da bilhetagem eletrônica no STPC/DF faz-se necessária a comercialização de cartões do tipo *smartcards*, padrão MIFARE¹. Os tipos de cartões existentes utilizados pelos usuários embarcados no Sistema de Bilhetagem no DF variam de acordo com o tipo de usuário e são os seguintes:

- **Vale Transporte:** fornecido pelo empregador, nos quais serão carregados os créditos de viagem adquiridos como vale transporte e onde, opcionalmente, também poderão ser carregados créditos comuns de usuário;

- **Idoso:** utilizado pelos usuários maiores de 65 anos, com direito à realização de um número indeterminado de viagens gratuitas, com ou sem integração;

- **Cidadão:** utilizado pelos usuários adquirentes de créditos de viagem no STPC/DF, de acordo com normas específicas da entidade gestora;

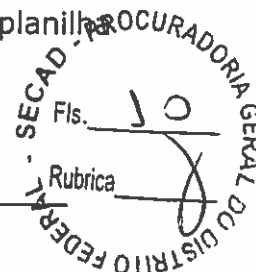
- **Estudante:** utilizado pelos estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino localizadas no Distrito Federal, nos termos da legislação pertinente;

- **PNE:** utilizado pelos portadores de necessidades especiais e que são beneficiários de isenção tarifária, nos termos da legislação pertinente.

O pagamento para empresas, à época da FÁCIL, era feito da seguinte forma:

- a) Para efetuar o pagamento às diversas empresas que operam no STPC/DF, a gestora do SBA emite diariamente o quantitativo do carregamento de cada operador. Este quantitativo é extraído conforme coleta de dados dos validadores no dia anterior até às 5h do dia seguinte. Este valor é então copiado para uma planilha

¹ Nomenclatura utilizada para definir a espécie *smartcard* utilizado.





manual que consolida o pagamento por operador ou grupo operacional.

- b) A planilha consolidada do pagamento é encaminhada para Diretoria Executiva da FÁCIL para assinatura e conferência.
- c) Após a aprovação pela Diretoria Executiva da FÁCIL, a planilha é encaminhada para o DFTRANS para a conferência e a anuência.
- d) Após conferência e anuência do DFTRANS, a planilha é enviada para o BRB para pagamento aos operadores através de transferência entre contas e em alguns casos em cheque administrativo.

Este era o procedimento e operacionalização que ocorria à época em que a gestão do sistema de bilhetagem automática era atribuição exclusiva da FÁCIL, mas, mesmo após a retomada de tal gestão pelo DFTRANS, o procedimento continuou sendo o mesmo.

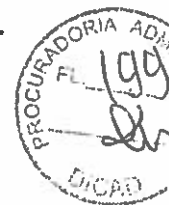
A única diferença é que, a partir do momento em que o DFTRANS passou a atuar diretamente na gestão do SBA, **constatou-se que existiam inúmeras fraudes na operacionalização, as quais tinham o condão de repassar valores superiores aos devidos às empresas permissionárias do sistema.**

Consoante será demonstrado, **as fraudes ocorriam das diversas formas possíveis: ora as empresas atuavam em itinerário que lhes pertencia, ora registram em seu benefício o uso de um mesmo cartão diversas vezes (chegou a existir cartão de usuário que teve o seu uso registrado mais de sessenta vezes em um único dia) etc.**

Após a constatação das fraudes, o Distrito Federal começou a se mobilizar. Vejamos:

3.1.3 Da atuação da Secretaria de Transparência



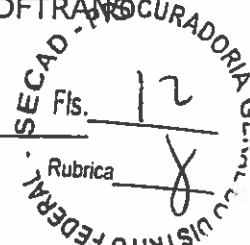


Controle do Distrito Federal na fiscalização do SBA.

A Secretaria de Transparência e Controle do Distrito Federal realizou, no segundo semestre de 2010, Auditoria Especial no SBA, objetivando atender determinação do então Governador do Distrito Federal, no sentido de avaliar a operação do Sistema de Bilhetagem Automática do STPC/DF, especialmente com relação aos repasses de recursos destinados a garantir o suporte financeiro à concessão do Passe Livre Estudantil, bem como avaliar a operação da FÁCIL, inclusive quanto aos aspectos de legalidade, regularidade e efetividade de suas atividades.

Sobre a FÁCIL e o Convênio 001/2008, o Relatório da Auditoria Especial no SBA, apresentado em 31/12/2010, identificou o seguinte:

- Não figura na lista de empresas fornecedoras homologadas pela ST, "isto porque ela não é de fato nem de direito operadora do SBA, é apenas contratante da TRANSDATA - Indústria e Serviços de Automação LTDA;"
- Registrou seu Estatuto Social, datado de 01/12/2007, no Cartório do 5º Ofício do Registro Civil e sob a inscrição no CNPJ nº 09.335.355/0001-06. Até a emissão do Relatório, não constava o registro na Secretaria de Fazenda do DF nem foi constatado que a autoridade reconheceria a personalidade jurídica barganhada por aquela associação;
- O Extrato do Convênio de Cooperação Administrativa nº001/2008, aponta para fuga ao processo licitatório, visto que as atividades do SBA têm natureza de serviço e são passíveis de licitação;
- Está no pólo oposto ao da Administração Pública, visto que não representa o interesse público e sim o interesse dos empresários do setor;
- Contribui para a estrutura deficitária do transporte público do DF, pois sustenta o contínuo descumprimento das orientações do DFTRANS e o desrespeito ao cidadão/passageiro/usuário;





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



- Somente com a retirada do controle do sistema das mãos dos operadores é que será possível à implantação de normas e ações que visem o atendimento das necessidades públicas, no que diz respeito à mobilidade no DF, à implantação da CCRC e a reestruturação da entidade gestora atualmente refém da FÁCIL;

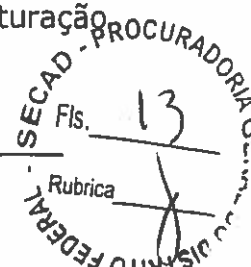
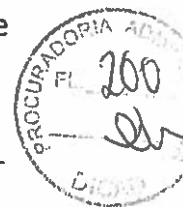
- O Convênio não tem características de cooperação – comunhão de interesses – mas sim natureza de contrato, contrapartida financeira do Estado pela prestação de serviços da contratada, inclusive pelo fato de não haver antecipação de recursos, mas sim o ressarcimento de despesas operacionais da FÁCIL através de um instrumento do pretense Convênio, que não dispõe sobre as etapas e fases da execução, previstas no Decreto nº 32.598 de 15/12/2010;

- Nos termos do Convênio não consta nenhum limite ou referência a valores a serem ressarcidos pelo DFTRANS, bem como não consta a previsão de nenhuma penalidade pelo descumprimento das normas estabelecidas no convênio;

- O Convênio foi assinado com fulcro no artigo 25 da Lei nº 8.666/93 e não cumpre os efeitos análogos aos dos contratos em termos de limitação de valores, penalidades e controle dos gastos pela própria FÁCIL, estendendo-se aos seus fornecedores, visto que se trata de recursos públicos aplicados sem o cumprimento de preceitos constitucionais, como a licitação e o concurso público;

- Não existe base legal no Convênio no que se refere à fixação de valores a serem gastos, uma vez que não foram definidos com exatidão limitados no tempo, conforme os princípios orçamentários da Administração Pública;

- Falta definir com precisão o papel da FÁCIL e SETRANSP na operacionalização do Convênio, pois embora seja dirigido por integrantes comuns, cada um tem finalidade específica e, portanto, deve identificar seu patrimônio para fins de controle e fiscalização, com escrituração individualizada, nos termos da legislação em vigor;

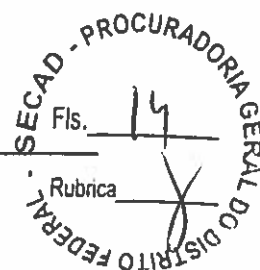
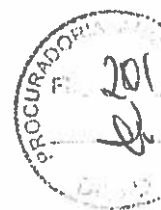




PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



- Não foi observado um dos princípios fundamentais da contabilidade, o princípio da entidade, pois não ficou clara a distinção entre o patrimônio existente na FÁCIL e o patrimônio particular dos sócios da associação;
- O sistema FÁCIL do SBA não foi homologado conforme previsto no "Termo de Homologação de Sistema", o que compromete a segurança e a confiabilidade dos dados produzidos, podendo inclusive causar prejuízos ao STPC/DF, aos gestores públicos, gestores privados, aos usuários, aos operadores, ao próprio erário, além de comprometer o equilíbrio econômico financeiro do sistema, comprometer o planejamento, a gestão e a operacionalização do próprio SBA e de todo o STPC/DF, prejudicando inclusive a política de transportes e outras ações do Governo;
- Contratou serviços de empresa de propriedade de seu próprio gestor (Ricardo Gerlier Sampaio Alves ME), inclusive com nota fiscal inválida;
- Foi ressarcida pela aquisição de bens a serem incorporados no ativo permanente da própria associação, sendo que de acordo com seu Estatuto, em caso de dissolução, esses bens seriam repartidos na proporção da participação de cada associado, o que significa claramente que a FÁCIL não tinha sede nem estrutura administrativa, mas que foi integralmente custeada com recursos do DFTRANS, o que contribuiu para o acréscimo patrimonial daquela associação, com recursos públicos e ainda poderá caracterizar transferência ilegal de recursos públicos;
- Recebeu indevidamente recursos públicos, para os pagamentos de locação de equipamentos das operadoras, seja pelo contrato assinado pelas operadoras em janeiro de 2006, tendo como interveniente/anuente o SETRANSP e a TRANSDATA, tendo recebido igualmente os mesmos valores (duplicidade) dos operadores do STPC/DF, para a mesma atividade. A Lei nº 4.011, veda ao Distrito Federal a concessão de subsídios diretos a delegatários privados, como é o caso presente;

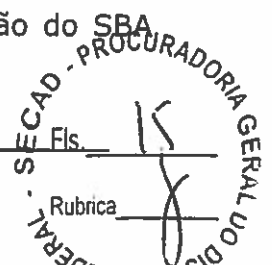


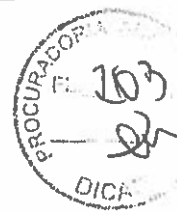


PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

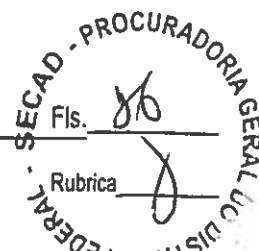


- Registrou indevidamente sobre a movimentação a origem dos créditos registrados na faixa contábil Cidadão;
- Registrou o repasse financeiro a menor para a faixa contábil Vale Transporte, o que compromete a confiabilidade da mesma na prestação de contas;
- Não depositou os valores devidos aos operadores da movimentação do Vale Transporte, assim apontando prejuízo aos operadores e ao erário;
- **Reteve indevidamente os valores da taxa do DFTRANS;**
- Não disponibilizou a base de dados com todas as informações do sistema TDMax (módulo gerencial do SBA) aos Auditores da CGDF e tampouco ao DFTRANS, num claro descumprimento de suas obrigações estabelecidas e desrespeito ao poder público e a legislação vigente;
- **Não disponibilizou relatórios confiáveis, no que se refere às informações de quilometragem, o que pode induzir ao erro, prejudicando os operadores, os usuários de transporte, o DFTRANS,** e igualmente lesar o planejamento, a operação e a fiscalização dos serviços de transporte, assim comprometendo sobremaneira as análises de custos, importantes nos estudos de revisão tarifária e outros estudos técnicos;
- Não repassa ao METRÔ nem ao DFTRANS, os dados originais coletados nos leitores de cartão, enviando apenas relatórios com dados já processados, o que compromete a gestão, a qualidade e a confiabilidade nas informações, bem como deixa ambas as empresas governamentais reféns da situação e sem condições de cumprir as funções próprias de supervisão e de fiscalização;
- Não possui elementos de lógica jurídica, econômica ou financeira para ser a responsável por repassar recursos públicos ao METRÔ, visto ser uma associação privada que presta serviço de operação do SBA apenas para o modo rodoviário;





- Não apresentou o Balanço Inicial, conforme previsto em seu Estatuto, de modo que não se sabe qual foi o patrimônio da entidade quando da assinatura do Convênio. Ademais, os seus balanços, balancetes e demonstrativos não consideram as fontes públicas de custeio integral, sugerindo que as contribuições dos associados e outras fontes de rendas operacionais são as únicas fontes de Receita Operacional. Dessa forma, gera descompasso nas análises contábeis e com sua própria natureza, sem fins lucrativos, com resultados de superávit ou déficit;
- **Não cumpre as formalidades básicas do dever conveniente na apresentação de prestação de contas à Administração Pública;**
- Não cumpre a IS nº 69, de 26/04/2010, para a devida prestação de contas, comprometendo a gestão, o acompanhamento e fiscalização dos serviços;
- Apresentou falhas no cadastro de estudantes, nos controles dos cartões e no controle dos créditos;
- **Permitiu a utilização dos cartões categoria Estudante fora da rota casa/escola/casa**, domingos e feriados, acima do limite diário de viagens, que caracterizou um favorecimento, no recebimento a maior de recursos públicos;
- Não forneceu informações suficientes para a gestão do PLE;
- Não apresentou uma gestão adequada na questão dos créditos de viagens do PLE, com um descompasso entre os valores recebidos, a efetiva utilização e a nova geração de créditos, com os recursos públicos;
- Apresentou movimentações indevidas na faixa contábil do PLE para a faixa Cidadão, caracterizando prejuízo ao STPC/DF;
- Concedeu o benefício do PLE de forma irregular, inclusive a estudantes que já usufruíam de gratuidade integral e ilimitada, e





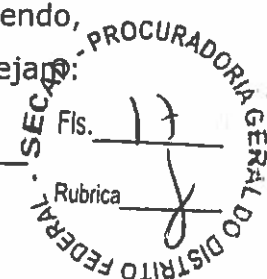
• **Habilitou linhas de ônibus no SBA sem autorização da DFTRANS**, o que caracteriza descumprimento de dispositivos legais.

Como se vê, o relatório de auditoria elaborado no âmbito da Secretaria de Transparência e Controle encontrou inúmeras irregularidades, podendo ser destacadas como principais as seguintes:

- (i) Habilitou linhas de ônibus no SBA sem autorização da DFTRANS;
- (ii) Apresentou movimentações indevidas na faixa contábil do PLE para a faixa Cidadão;
- (iii) Permitiu a utilização dos cartões categoria Estudante fora da rota casa/escola/casa, domingos e feriados, acima do limite diário de viagens, que caracterizou um favorecimento, no recebimento a maior de recursos públicos;
- (iv) Não cumpre as formalidades básicas do dever conveniente na apresentação de prestação de contas à Administração Pública;
- (v) Não disponibilizou relatórios confiáveis, no que se refere às informações de quilometragem, o que pode induzir ao erro, prejudicando os operadores, os usuários de transporte, o DFTRANS; dentre outras irregularidades.

Por conta de tão gritantes irregularidades, foi instaurado o **processo administrativo n.º 480.000.848/2011** na própria Secretaria de Transparência e Controle para apurar as responsabilidades dos envolvidos.

Após a instauração do citado processo administrativo, o Tribunal de Contas do Distrito Federal foi instado a se manifestar, tendo, aquele Corte de Contas, instaurado 3 (três) processos, quais sejam:





1.584/2011, 11.760/2010, 17.272/08 e 12.102/2012.



3.1.4 Dos processos instaurados no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal para julgar o SBA

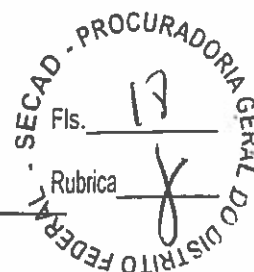
Como dito, o Tribunal de Contas do Distrito Federal instaurou três processos administrativos voltados apurar as irregularidades ocorridas na operacionalização do SBA pela FÁCIL e pelas permissionárias de serviço de transporte público coletivo.

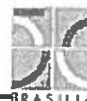
Está-se falando dos processos administrativos que foram tombados sob os seguintes números: 11.760/2010, 1.584/2011 e 12.102/2012.

O processo n.º 11.760/2010 originou-se de representação formulada pela Procuradora Geral do Ministério Público que atua junto à Corte de Contas, Senhora Márcia Farias, e o objetivo era apurar a seguinte sistemática: a FÁCIL, que era presidida pelo Sr. Canhedo, principal representante das empresas agravadas, almejava receber do Distrito Federal os valores relativos aos passes estudantis antes de mesmo de ter havido a efetiva prestação dos serviços, bem como sem qualquer prestação de contas.

O processo 1.584/2011, por sua vez, teve origem no processo de auditoria n.º 480.000.765/2010 instaurado no âmbito da Secretaria de Transparência e Controle. Como visto acima, este processo foi instaurado justamente para apurar as irregularidades existentes no SBA com base nas informações prestadas pela auditoria interna distrital.

Por fim, o processo n.º 12.102/2012 foi instaurado também com o objetivo de apurar irregularidades existe no SBA, mas teve sua origem em relatório de auditoria do próprio tribunal.



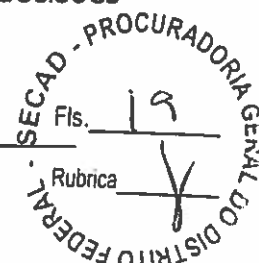


3.1.5 Das irregularidades encontradas pela Diretoria Administrativa e Financeira do DFTRANS - DAF.



Também a agravante, por meio de sua Diretoria Administrativa e Financeira, encontrou as seguintes irregularidades cometidas pela FÁCIL na gestão e operacionalização do SBA, como seja:

- Não informava ao DFTRANS os valores arrecadados diariamente pela comercialização de créditos de Vale Transporte, Estudante e Cidadão. Alegou, para tanto, que tais recursos não são públicos, mas sim dos operadores do Sistema. Assim, o DFTRANS não dispunhas das informações necessárias para realizar a conciliação das faixas contábeis, tampouco do controle dos valores percebidos pela mesma, podendo, aquela associação realizando-ter realizado repasses a menor para as respectivas faixas;
- Constantemente solicitava ao BRB a movimentação de recursos entre uma faixa e outra, sem a autorização do DFTRANS. A manutenção de tal procedimento pode ter acarretado prejuízos ao STPC/DF;
- Até 25/03/2011, reteve parte da taxa de administração destinada ao DFTRANS, estipulada pela Lei nº 445/1993-DF;
- O resgate de créditos decorrentes dos passageiros transportados no STPC/DF para as empresas Condor Transportes Urbanos Ltda., Expresso Riacho Grande Ltda., Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. e Viplan Viação Planalto Ltda. vinha sendo realizado por meio de cheque administrativo, para burlar possíveis efeitos de decisões judiciais contra estas empresas;
- Por ocasião do resgate de créditos, era frequente a ocorrência de uma empresa operadora de transporte urbano receber o repasse referente à outra empresa, geralmente pertencente ao mesmo grupo, procedimento este também realizado para burlar efeitos de decisões judiciais contra as mesmas;





- Até o presente momento, mesmo após diversos pedidos desta autarquia, não forneceu funcionários para capacitar servidores da DFTRANS na utilização do sistema TDMax;



- Verificou-se a possibilidade de a FÁCIL ter informado no Relatório de Resgate de Créditos, concernente ao Passe Livre Estudantil, somente 1/3 da receita arrecadada. Dessa forma, a taxa de administração destinada ao DFTRANS estaria sendo calculada também somente sobre 1/3 do valor da passagem;

- Constantemente realizava o bloqueio de pagamento do resgate de créditos a determinados operadores, em especial às cooperativas, sem aviso e anuência do DFTRANS.

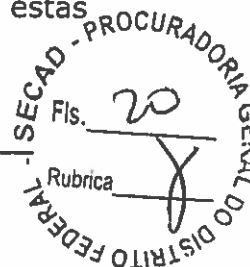
Vejam, Nobres Julgadores, não bastassem os órgãos de controle existentes no Distrito Federal apontarem irregularidades junto ao SBA, também o órgão da própria autarquia ora agravante identificou diversas outras falhas graves.

3.1.6 Dos pareceres da Procuradoria do Distrito Federal acerca do SBA.

Como se vê, inúmeras foram as irregularidades encontradas na gestão do Sistema de Bilhetagem Automática quando a gestão encontrava-se em poder da FÁCIL. Tais irregularidades deram azo à emissão de inúmeros pareceres sobre tema por parte desta Procuradoria. Vejamos:

Dentre os pareceres emitidos por esta Procuradoria sobre o tema, destacam-se três, quais sejam: 405/2009-PROCAD/PGDF, 643/2009-PROCAD/PGDF e 370/2011-PROCAD/PGDF.

Consoante pode ser observado do inteiro teor destes pareceres que se junta ao presente recurso, em todos os casos foram identificadas irregularidades no Sistema de Bilhetagem Eletrônica, irregularidades estas que tinham origem tanto em fraudes, como em vícios de índole legal.





Em todos os casos, o repasse de verbas para as permissionárias em decorrência do SBA foi colocado sob suspeita, pois, repita-se, havia diversos indícios de irregularidades.



O que se quer demonstrar com isso, Nobres Julgadores, é que diversos são os motivos que obstam o repasse de verbas oriundas do SBA para as delegatárias de serviço de transporte coletivo, incluindo-se aí as autoras.

3.1.6 DA CONCLUSÃO PRELIMINAR

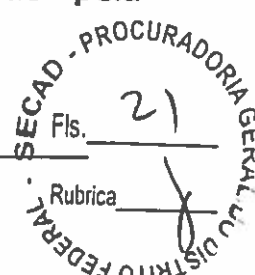
A partir dessas ilações, é de se concluir, Excelências, que é no mínimo questionável a liberação de qualquer valor para as empresas autoras, seja liminarmente, seja após o trânsito em julgado da decisão final.

Isto porque, como visto acima e cabalmente provado pela documentação juntada aos autos do agravo de instrumento, os diversos órgãos de controle do Distrito Federal apontam diversas irregularidades na prestação dos serviços pela empresas do Grupo Canhedo, o que, por si só, impede o pagamento de qualquer importância relativa ao Sistema de Bilhetagem Automática.

Além disso, em momento algum as empresas do Grupo Canhedo provam que fazem jus a qualquer valor econômico que pertença aos cofres públicos e, em um silêncio bastante peculiar, deixaram de mencionar na peça de ingresso que os valores por elas pretendidos são objeto de questionamento no âmbito do Distrito Federal.

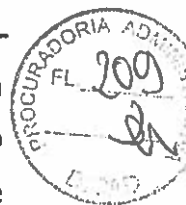
Mas não é só!

3.2 Da natureza jurídica do pagamento determinado pela decisão ora impugnada.





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



É inegável a natureza jurídica de verba pública da importância objeto de liberação pela decisão ora impugnada. Afirma-se isso, pois o dinheiro a ser repassado às permissionárias por meio do SBA é composto de contraprestação do Governo pelas gratuidades e meias-passagens dos usuários, somado aos valores diretamente pagos por eles quando da recarga de seus cartões.

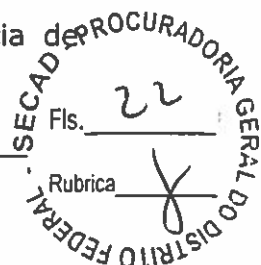
Isto é, parte da verba disponibilizada aos permissionários é composta de receita oriunda dos valores pagos diretamente pelos usuários dos serviços e outra parte é composta por dinheiro público propriamente dito.

Nessa perspectiva, é incontornável a natureza jurídica de verba pública o pagamento determinado pelo Juízo de primeira instância e que aqui está sendo recorrido.

Mesmo que assim não fosse, o artigo 100 da Constituição da República dispõe que "*os pagamentos*" devidos pela Fazenda Pública serão adimplidos exclusivamente por meio de precatórios, não fazendo qualquer distinção quanto à natureza jurídica da verba objeto de pagamento, *in verbis*:

"Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim."

Relativamente ao dispositivo em comento, o que interessa para cá é que o Constituinte não fez qualquer distinção acerca da natureza jurídica da verba objeto de pagamento. Limitou-se a dispor apenas "pagamentos devidos", ou seja, qualquer que seja a origem da verba, se tiver de ser feito o pagamento pela Fazenda Pública em decorrência de





sentença judiciária, ele somente poderá ser levado a cabo após o trânsito em julgado da sentença.



Em outras palavras, ainda que não se considere como dinheiro público a importância cuja liberação foi autorizada pelo Juízo recorrido, o pagamento não poderia e não poderá ser feito por meio de decisão interlocutória.

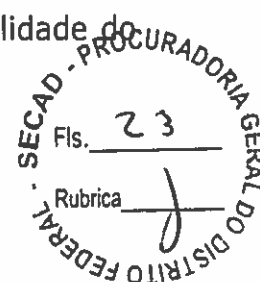
Vejamos com mais vagar as limitações aos pagamentos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de ação judicial:

3.3 Impossibilidade de liberação de verba pública por decisão interlocutória. Necessidade de expedição de precatório.

Os débitos da Fazenda Pública, constituídos por meio de decisão judicial (sentença) somente poderão ser adimplidos após o trânsito em julgado da sentença. Este é o teor do artigo 100 da Constituição da República.

Em outro de dizer, em se tratando de obrigação de pagar contra a Fazenda Pública, não se procederá a medidas de constrição patrimonial. Aplicam-se as regras do Precatório (ou da Requisição de Pequeno Valor, conforme o caso), a partir da presunção de solvibilidade do Poder Público.

Vejamos o que diz a legislação que trata do tema:



CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para



este fim.

§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, **em virtude de sentença judicial transitada em julgado**, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo.

(...)

§ 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer **em virtude de sentença judicial transitada em julgado**.

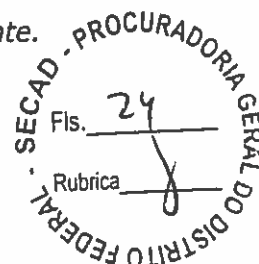
(...)

§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, **oriundos de sentenças transitadas em julgado**, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL:

Art. 730. Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 10 (dez) dias; se esta não os opuser, no prazo legal, observar-se-ão as seguintes regras:

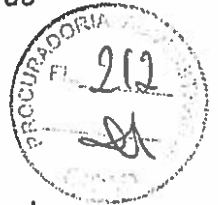
I - o juiz requisitará o pagamento por intermédio do





presidente do tribunal competente;

II - far-se-á o pagamento na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito.



Realmente, em razão da exigência constitucional e legal acima citada, **a expedição das requisições de pagamento (sejam Precatórios, sejam Requisições de Pequeno Valor) pressupõe o trânsito em julgado não só da decisão proferida na fase de conhecimento, mas também dos próprios Embargos à Execução eventualmente interpostos pela Fazenda Pública**, conforme pacífico e remansoso entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça:

"EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. (...) 2. A expedição do precatório somente se viabiliza após a definição do quantum debeatur, resultante do exame das questões arguidas nos embargos à execução. Nesses termos, **OS VALORES IMPUGNADOS SOMENTE PODERÃO SER PAGOS APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DA CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO.** 3. Agravo regimental desprovido." (grifamos)

(AgRg nos EmbExeMS 6.864/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/10/2010, DJe 05/11/2010)

Dessa maneira, ainda que os valores fossem incontroversos, o que se admite somente para argumentar, não seria possível o pagamento por meio de uma decisão interlocutória. Questão anterior e prejudicial ainda está *sub judice*, sendo constitucionalmente vedado, portanto, o cumprimento da decisão, sendo certo que somente com o trânsito em julgado respectivo



poderá eventual pagamento ser feito em favor das agravadas.

De fato, a expedição de Precatório ou de Requisição de Pequeno Valor depende do trânsito em julgado da decisão judicial, **entendida esta como a última proferida no processo de execução que diga respeito à quantia devida, ou seja, trânsito em julgado dos Embargos à Execução.**

É a própria Lei Maior que veda a expedição de Precatório e de Requisição de Pequeno Valor enquanto o crédito ou o procedimento para quitá-lo estiverem sendo objeto de discussão judicial, revelando à toda prova a absoluta impossibilidade de cumprimento da decisão recorrida, sob pena de direta violação aos artigos 100 da CF/88 e 730 do CPC.

Nesse diapasão, verifica-se que a r. decisão agravada, ao permitir a liberação de verba pública sem o trânsito em julgado da sentença, encerrou verdadeiro vício procedimental, contrariando dispositivo expresso da Constituição e do Código de Processo Civil, que obsta o pagamento pela Fazenda Pública antes de findo o processo executivo, o que demanda sua imediata cassação.

Ainda que assim não o entenda, sobressai a existência de "*error in iudicando*", na decisão que determina o prosseguimento da verdadeira execução contra a Fazenda Pública na pendência de lide em que se discute o valor supostamente devido, *ex vi* do artigo 730 do CPC c/c artigo 100 da CRFB, violando-se inclusive o direito de ampla defesa e contraditório do devedor, consubstanciado no artigo 5º, incisos XXXV, LIV e LV, da Magna Carta, o que desvela a necessidade de reforma da r. decisão agravada.

3.4 Das vedações legais à concessão de tutela antecipada em desfavor da Fazenda Pública.

Não bastasse o fato de que tão substanciosos argumentos sejam



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



bastantes em si para conferir legitimidade ao pleito recursal, **existem claras vedações legais para concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública**, as quais são perfeitamente aplicáveis ao caso dos autos.

Sobre o tema, dispõe a Lei 8.437/92:

Art. 1º Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.

§ 1º Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos processos de ação popular e de ação civil pública.

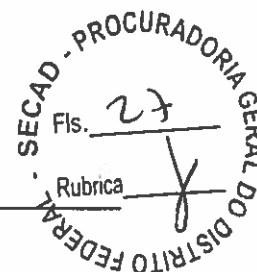
§ 3º Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação.

(...)

§ 5º Não será cabível medida liminar que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários.

(...)

Art. 3º O recurso voluntário ou ex officio, interposto contra sentença em processo cautelar, proferida contra pessoa jurídica de direito público ou seus agentes, que importe em outorga ou adição de vencimentos ou de reclassificação funcional, terá efeito suspensivo.





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Por sua vez, reza a Lei 9.494/97:

Art. 1º Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992.

(...)

Art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado.

A Lei 12.016/2009 revogou expressamente as Leis 4.348/64 e 5.021/66 (artigo 29), mas acabou por repetir as restrições nelas já existentes ao deferimento de medidas liminares contra o Poder Público:

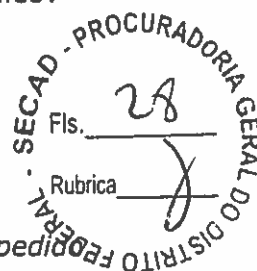
Art. 7º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

(...)

III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

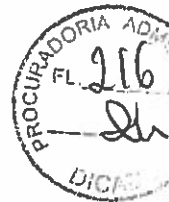
(...)

§ 2º Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

(...)

§ 5ª As vedações relacionadas com a concessão de liminares previstas neste artigo se estendem à tutela antecipada a que se referem os arts. 273 e 461 da Lei nº 5.869, de 11 janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

(...)

Art. 14. (...)

§ 1ª Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

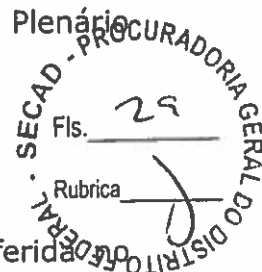
(...)

§ 3ª A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.

Vale ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, ao deferir liminar na ADC nº 04, não vislumbrou qualquer vício de inconstitucionalidade no artigo 1º da Lei 9.494/97, decisão posteriormente ratificada pelo Plenário em 01/10/2008.

Pois bem.

É evidente que a antecipação dos efeitos da tutela deferida no caso em apreço e aqui recorrida, teve o condão de lançar por terra as vedações estatuídas pelo arcabouço legal supracitado, considerado, inclusive, constitucional pela Corte Excelsa.





Em outras palavras, o pagamento de verba pública sem o trânsito em julgado da sentença e que ainda está sendo objeto de discussão judicial, tal como determinado pela decisão recorrida, trará dispêndio de recursos financeiros sem previsão orçamentária, o que é vedado pela legislação acima transcrita.

Dessa maneira, forçoso é reconhecer que a decisão recorrida deve ser imediatamente cassada.

Mas não é só!

A tutela antecipada também não poderia ser deferida, pois o **seu conteúdo confunde-se com o próprio mérito da demanda**. Isto é, com a concessão da tutela antecipada, a ação será esvaziada quase que por completo, pois a parte autora já terá conseguido o bem da vida perseguido. E sobre o tema também existe expressa vedação legal.

A concessão de tutela antecipada tal como o foi pela decisão recorrida é **terminantemente vedada pelo que dispõe o §3º do art. 1º da Lei 8.437/92: "Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação"**.

Nessa perspectiva, também são inúmeros os óbices legais para a manutenção da decisão interlocutória aqui recorrida, razão pela qual a sua cassação é medida que se impõe.

4. DA CONCESSÃO DA LIMINAR

Para o deferimento de medida liminar em sede de mandado de segurança devem estar presentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

Pois bem, é de fácil percepção que ambos os requisitos em comento encontram-se presentes no caso dos autos. É que a decisão recorrida teve o condão de tentar **sangrar os cofres públicos** em quantia

SECAD - PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Fls. 30
Rubrica



superior a **1,3 milhões de reais** e tal decisão, por óbvio, resultará em grave lesão e de difícil reparação à agravante. Presente, pois, o *periculum in mora*.



E, como se viu, é impossível a liberação de verba pública no curso de um processo judicial sem que tenha havido o trânsito em julgado de sentença mérito e sem que tenha ocorrido expedição do respectivo precatório. Isto é, não pode haver liberação de verba pública por meio de uma simples decisão interlocutória fundada em cognição sumária. Também está presente, assim, o *fumus bonis iuris*.

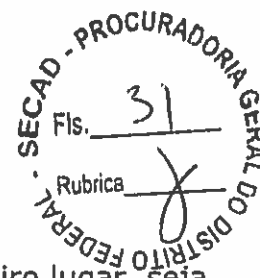
Além disso, a legalidade da decisão hostilizada é, no mínimo, questionável, uma vez que as glosas efetuadas foram feitas de forma legítima em decorrência de um sistema que possui inúmeras irregularidades, além de ter origem em uma estrutura totalmente viciada, a FÁCIL.

Nessa perspectiva, Nobre Julgador, o deferimento da medida liminar é medida que impõe. Por esta razão, **requer o DFTRANS que, em sede de julgamento deste pleito, seja determinada a imediata suspensão da decisão proferida pela 3ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal.**

5. DA CONCLUSÃO FINAL

Por todo o exposto, o DFTRANS requer, em primeiro lugar, seja **liminarmente** determinada a suspensão da decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, uma vez que, como se viu, é juridicamente impossível haver a liberação de verba pública por meio decisão interlocutória.

Ao final, após a confirmação da medida liminar, seja julgado procedente o pedido para cassar a decisão monocrática aqui impugnada, uma vez que o juízo recorrido, *data vênia*, incorreu em manifesto *error in procedendo*.





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



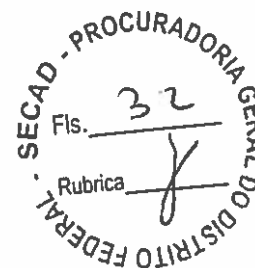
Termos em que espera deferimento.

Brasília/DF, 18 de dezembro de 2012.

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190





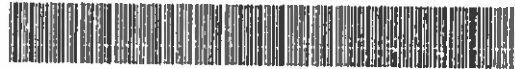
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
2ª CAMARA CIVEL
28/02/2013 17:13:43

CÓPIA

199



Ref.: Mandado de Segurança n.º 2013.00.2.000488-8
Impetrante: DFTRANS
Impetrado: VIPLAN – VIAÇÃO PLANALTO LTDA. E OUTROS

DFTRANS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por seu Procurador, regularmente constituído por força de lei e no exercício regular das atribuições do cargo, vem, com o devido respeito e acatamento, com fulcro no art. 105, II, b, da Constituição, interpor o presente

1

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA

por não se conformar, *data máxima vênia*, com o conteúdo do acórdão que manteve a decisão monocrática proferida nos autos do processo em epígrafe identificada, que, em sede de julgamento prefacial, indeferiu a petição inicial e julgou extinto o processo sem resolução de mérito, fazendo-o nos termos e limites das razões anexas e requerendo, desde já, o seu encaminhamento ao Superior Tribunal de Justiça.

Brasília/DF, 28 de fevereiro de 2013.

MARCOS VINICIUS WITCZAK
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF nº 11.923





RAZÕES DE RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA

Ref.: Mandado de Segurança n.º 2013.00.2.000488-8

Impetrante: DFTRANS

Impetrado: VIPLAN – VIAÇÃO PLANALTO LTDA. E OUTROS

Eminentes Ministros do Superior Tribunal de Justiça,

1. BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA

Conforme se observa do próprio acórdão ora recorrido, trata-se de ação de mandado de segurança impetrada em desfavor de decisão monocrática proferida pelo Eminente Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal Waldir Leônico nos autos do Agravo de Instrumento n.º 2012.00.2.027845-4.

Naquele agravo de instrumento, o DFTRANS buscava, em sede de antecipação dos efeitos da tutela recursal, a suspensão da decisão proferida pelo Eminente Juízo da 3ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal nos autos da ação cominatória nº 2012.01.1.114972-3, a qual teve o condão de determinar à autarquia ora agravante o pagamento de importância aproximada de 1,3 milhão de reais em favor das empresas agravadas, independentemente da obediência à ordem dos precatórios.

O Eminente Relator do agravo de instrumento Waldir Leônico indeferiu o pedido de antecipação de tutela recursal formulado pelo DFTRANS, o que deu ensejo à impetração do presente remédio heróico.

Ocorre que, ao examinar a peça de ingresso do presente writ, o Eminente Desembargador Relator houve por bem indeferir a petição inicial e extinguir o processo sem resolução de mérito ao argumento, em síntese, de





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

que faltariam alguns dos pressupostos para o seu manejo, quais sejam, a teratologia da decisão impugnada e iminência de grave dano ao impetrante.

Todavia, com o devido respeito, não merece prosperar a linha argumentativa delineada pelo Digníssimo Desembargador Relator José Divino de Oliveira ao indeferir a petição inicial, consoante se demonstrará a seguir:

2. DAS RAZÕES PARA REFORMA DO ACÓRDÃO RECORRIDO

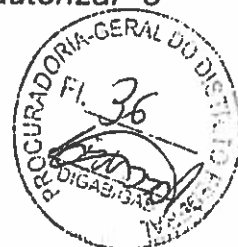
Com o devido respeito, o acórdão recorrido foi produzido em manifesto *error in judicando* e, em razão disso, merece ser reformado. Cumpre transcrever o trecho do voto condutor que retrata os fundamentos sob os quais se funda:

“Consoante se extrai de seus termos, trata-se de decisão liminar que se restringiu indeferir o pedido efeito suspensivo ao agravo interposto, ressaltando, inclusive o posterior reexame da matéria.

3

*A indigitada decisão é de natureza liminar e respaldada em sólidos e jurídicos fundamentos. Assim, **impingir-lhe a pecha de teratológica só pode ser fruto de flagrante heterodoxia.** Ademais, o exame pleno e exauriente das questões suscitadas no agravo de instrumento serão objeto de detida análise, por ocasião do julgamento do mérito do recurso pela respectiva Turma Cível.*

*Dessa forma, **não há como considerar que o simples indeferimento de pedido de efeito suspensivo ao recurso interposto possa causar dano irreparável ao impetrante a lhe autorizar o manejo da ação mandamental.***





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Portanto, a invocada tutela mandamental deve ser de pronto rechaçada.” – negritos nossos

Como se vê do excerto ora transcrito, o Eminentíssimo Desembargador Relator José Divino de Oliveira baseou o seu *decisum* na **ausência de teratologia** na decisão impugnada por meio do *mandamus* e na **inexistência de dano irreparável à impetrante**.

O que se buscará com o presente recurso é justamente demonstrar que além de teratológica a decisão impugnada por meio do mandado de segurança, o seu cumprimento também trará dano irreparável para o DFTRANS. Vejamos:

2.1 Da teratologia da decisão impugnada por meio do mandado de segurança impetrado.

A decisão impugnada por meio do presente mandado de segurança, na sua essência, teve o condão de determinar o pagamento de verba pública sem a observância da regra dos precatórios que se encontra encartada no artigo 100, *caput* e §§, da Constituição da República. É justamente neste ponto que reside a teratologia do pronunciamento judicial objeto de impugnação por meio deste *writ*. Explica-se:

É inegável a natureza jurídica de verba pública da importância objeto de liberação pelo pronunciamento judicial guerreado por meio deste mandado de segurança. Afirma-se isso, pois o dinheiro a ser repassado às permissionárias por meio do SBA (Sistema de Bilhetagem Automática) é composto de contraprestação do Governo pelas gratuidades e meias-passagens dos usuários, somado aos valores diretamente pagos por estes quando da recarga de seus cartões.





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Isto é, parte da verba disponibilizada aos permissionários é composta de receita oriunda dos valores pagos diretamente pelos usuários dos serviços e outra parte é composta por dinheiro público propriamente dito.

Nessa perspectiva, é incontornável a natureza jurídica de verba pública o pagamento determinado pelo Juízo de primeira instância e que aqui está sendo recorrido.

Mesmo que assim não fosse, o artigo 100 da Constituição da República dispõe que “os pagamentos” devidos pela Fazenda Pública serão adimplidos exclusivamente por meio de precatórios, não fazendo qualquer distinção quanto à natureza jurídica da verba objeto de pagamento, *in verbis*:

“Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.”

5

Relativamente ao dispositivo em comento, o que interessa para cá é que o Constituinte não fez qualquer distinção acerca da natureza jurídica da verba objeto de pagamento. Limitou-se a dispor apenas “pagamentos devidos”, ou seja, qualquer que seja a origem da verba, se tiver de ser feito o pagamento pela Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária, ele somente poderá ser levado a cabo após o trânsito em julgado da sentença.

Em outras palavras, ainda que não se considere como dinheiro público a importância cuja liberação foi autorizada pelo Juízo recorrido, o pagamento não poderia e não poderá ser feito por meio de decisão interlocutória.





**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

Ante tal circunstância é de se questionar: é ou não teratológica a decisão interlocutória que permite o pagamento de débito pela Fazenda Pública antes do trânsito em julgado da sentença definitiva? A toda evidência, a resposta positiva se impõe!

Isto mesmo, Nobres Julgadores, afirma-se que tal decisão é teratológica, pois é **manifestamente contrária ao que dispõe a regra de regência, a qual, no caso, está disposta na nossa Lei Maior.**

O texto constitucional é claro: **todo** pagamento devido pela Fazenda Pública em decorrência de sentença judicial somente pode ser feito em obediência à regra dos precatórios. A Constituição da República não faz qualquer distinção quanto ao ponto.

Em vista disso, é de se concluir que, infelizmente, a teratologia é uma mácula que acomete a decisão combatida por meio do agravo de instrumento e confirmada pelo pronunciamento que indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela recursal.

6

2.2 Do grave e irreparável dano causado ao DFTRANS a partir do cumprimento da decisão impugnada.

De outra banda, além de teratológica a decisão impugnada pelo presente mandado de segurança, sem sombra de dúvidas, o seu cumprimento trará grave e irreparável ao erário público.

Como visto, a decisão proferida pelo Juízo de primeira instância, interlocutória, diga-se, determinou o pagamento de verba pública na ordem de 1,3 milhão de reais.

Ora, é inegável que a saída, de forma irregular ou não, de 1,3 milhão de reais dos cofres públicos acarreta um grave dano ao erário. Tal verba poderia





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

estar sendo utilizada para implementação de políticas públicas, tais como investimento em saúde, educação, segurança pública, enfim em todo o aparato indispensável para o bem-estar da população do Distrito Federal.

Além disso, a irreparabilidade da decisão consiste no fato de que as empresas beneficiárias da verba a ser liberada por meio de decisão interlocutória encontram-se em processo de quebra e, certamente, uma vez inserido tal montante em seu caixa, ela servirá para pagamento dos seus diversos credores e nunca mais o Estado poderá ser ressarcido.

Nessa perspectiva, Nobres Julgadores, resta evidente que, com o devido respeito, não merece prosperar o argumento segundo o qual não havia teratologia na decisão impugnada pelo *writ* nem traria dano irreparável para o DFTRANS, pois, como se viu, tal raciocínio não se sustenta quando confrontado com a realidade fática e com a ordem jurídica vigente.

7

3. DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

Por todo o exposto nas presentes razões recursais, o DFTRANS requer e espera seja conhecido e provido o presente recurso ordinário, para **reformular** o acórdão recorrido e determinar o julgamento do *mandamus*, quanto ao seu mérito, ou para conceder desde logo a segurança pleiteada, anulando-se o ato coator e suspendendo a determinação para pagamento de valores às impetradas fora do regime dos precatórios.

Termos em que espera deferimento.

Brasília/DF, 28 de fevereiro de 2013.

MARCOS VINICIUS WITCZAK
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF nº 1.923

